



Draft

-----Mandato 2017/2021 -----

-----Conferência de Representantes dos Grupos Municipais -----

----- Ata Número Vinte e Oito -----

---Aos quatro dias de Fevereiro de dois mil e dezanove reuniram na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal de Lisboa, Rui Paulo Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Às catorze horas e trinta e nove minutos, o Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Aprovação da ata n.º 26 de 10.01.2019 (Doc 1)-----
- 2. Preparação da reunião plenária de 05.02.2019(Doc 2)-----
- 3. Actualização do Calendário de reuniões para Fevereiro com a inclusão do DT “Lisboa e os Animais: os desafios da sociedade actual” (Doc 3 e Doc 4)-----
- 4. Lista de matérias e assuntos pendentes (Doc 5)-----

Ponto 1. Aprovação da ata n.º 26 de 14.01.2019 (Doc 1)-----

---O Senhor Presidente em exercício deu início à reunião referindo que tinham uma ata para aprovar e perguntou se alguém tinha alguma correção a fazer, ou se podiam dá-la como aprovada, sempre com a salvaguarda que se algum Senhor Representante ainda precisasse de uma revisão, de o poder fazer a todo o tempo. Não havia objeções, pelo que iria colocar a mesma à votação a Ata n.º 26, de 14.01.2018. Não houve votos contra, nem abstenções, a ata n.º 26 foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes na referida reunião. -----

Ponto 2. Preparação da reunião plenária de 05.02.2018 (Doc 2)-----

---O Senhor Presidente em exercício em primeiro lugar pediu desculpas porque na preparação da convocatória da reunião tinha havido um lapso quer do seu gabinete, quer do gabinete da Senhora Presidente, que na fase de transição estavam a funcionar em conjunto e por lapso não tinham colocado o documento com a Proposta do PCP em relação ao Regimento da Assembleia, no âmbito da inscrição e participação do público, e que tinha estado na ordem de trabalhos da reunião da semana anterior. Explicou ainda que na reunião da semana anterior, na fase em que deveriam discutir essa proposta, tinha saído dos trabalhos para poder acompanhar a inauguração do painel de azulejos da Carta de Lisboa, e como tinha havido o lapso do gabinete de não colocar o documento na pasta, considerou que a proposta tinha sido apreciada na reunião da semana anterior, uma vez que tinha regressado à sala no início do debate temático, e não tinha percebido que a



mesma não tinha sido discutida. Pessoalmente tinha consciência que a proposta estava na ordem de trabalhos da reunião da semana anterior e que deveria transitar para a reunião seguinte, mas como tinha havido esse engano não tinham agendado na ordem de trabalhos da reunião do dia seguinte.-----

----Contudo, já tinham feito o aditamento à ordem de trabalhos com a proposta número 003/PCP/2019 e propôs que a mesma fosse discutida como ponto 4 na reunião do dia seguinte, uma vez que seria esse o ponto em que deveria ter figurado, caso não tivesse existido esse esquecimento. Assim em primeiro lugar teriam a parte burocrática que era a suspensão de mandato da Senhora Presidente, em seguida o excerto da ata n.º 49, e o Debate da Atualidade sobre o “Processo de obras de renovação da Praça do Martim Moniz”, e depois seria a proposta do PCP, conforme a ordem de trabalhos da reunião anterior.-----

----Finalizou, apresentando as suas desculpas e em nome do colectivo dos gabinetes, ao PCP pelo lapso.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** disse que não compreendiam por que razão os votos que estavam para votação na anterior sessão não seguiam aquilo que era tradição na Assembleia de serem os primeiros pontos na Sessão seguinte, tendo em conta que tinham sido na altura adiados por um consenso e não por impossibilidade de se debater qualquer um deles na altura.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** explicou que tinham dado prioridade àquilo que também tinha sido conversado na última Conferência de Representantes, na qual tinham resolvido não aceder para a anterior sessão ao pedido da Câmara referente à questão da CARRIS. -----

----Relembrou que tinham consensualizado que não faziam o agendamento da proposta da Carris para a passada semana, uma vez que já não dava tempo, mas que a colocariam no início da ordem de trabalhos da próxima reunião, procurando compatibilizar esse pedido com tudo aquilo que já tinham para agendamento, mas depois tinha acabado por ser uma gestão mais prática e mais simples e embora respondendo ao Senhor Deputado, ainda tinha mais duas coisas para colocar à Conferência de Representantes sobre a presente ordem de trabalhos.-----

----Acrescentou que tinha procurado compatibilizar todos os pedidos, quer do Debate de Atualidade, quer o pedido da Câmara, e depois tentar ainda uma gestão da ordem de trabalhos, uma vez que tinham muitas matérias em cima da mesa, que já não tinha sido possível agendar na ordem de trabalhos, e que tinha para discutirem em sede de Conferência, para assim tentar agendar o maior número possível de documentos. Ainda ter que gerir os tempos de discussão para cada matéria, tentar colocar nos temas que consideravam mais pacíficos a grelha mínima de 34 minutos, e as matérias que



consideravam que iriam originar mais debate uma grelha mais alargada, com o objectivo de debater e de resolver o máximo de matérias possíveis.-----

----Informou que já tinham várias petições e propostas prontas para serem agendadas e que não tinham conseguido agendar para a reunião do próximo dia.-----

----A propósito dessa situação tinha duas dúvidas que tinha resolvido colocar na ordem de trabalhos, na perspectiva que provavelmente poderiam não ser discutidas, mas que tinham que ser agendadas. A primeira era referente à proposta n.º 745/CM/2018, sobre a renda acessível, aquilo que lhe tinham dito, e que já tinha tido a oportunidade de esclarecer com a Senhora Vereador Paula Marques, era que o parecer estava pronto, tinha existido um esforço por parte das Comissões o para fazer, mas que havia a intenção da Câmara de a proposta não ser discutida na reunião do próximo dia, tendo em conta que existia uma outra proposta do mesmo tema de renda acessível, que estava a ser objeto de pedido de esclarecimentos pelo Tribunal de Contas, e tendo em conta que a Câmara deveria ter resposta ao assunto durante a presente semana, o mais sensato seria suspender a sua discussão até terem uma resposta do Tribunal de Contas.-----

----E portanto, quando tinham agendado a proposta já tinha sido com a ideia de a mesma não ser discutida, contudo se a situação fosse resolvida seria importante discuti-la no início da ordem de trabalhos, até porque considerava que a mesma seria largamente debatida, mas deixava à consideração da Conferência de Representantes.-----

----A segunda dúvida era relativa à Proposta 004/PSD/2019 referente à realização de um Debate Temático sobre o “Combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo”, que tinha agendado ao abrigo do Regimento, embora até à data tenham seguido uma prática de os debates temáticos serem inicialmente apresentados em sede de reunião de Conferência de Representantes, na qual procuravam consensualizar os temas e só depois era apresentado ao plenário já uma proposta de deliberação, mas uma vez que a proposta do PSD, em termos regimentais, estava correcta tinha agendado a mesma.-----

----Posto as presentes explicações, e ainda sobre a organização da ordem de trabalhos, sintetizou que fariam a discussão da proposta do PCP no ponto 4, e que tinha procurado compatibilizar o pedido da Câmara de agendar o mais cedo possível na ordem de trabalhos a proposta 749/CM/2018, referente aos estatutos da Carris, de seguida a proposta 7457CM/2018, para poderem suspender da ordem de trabalhos, depois continuavam com os Votos e com as demais propostas. E portanto, em relação à questão colocada pelo Senhor Representante do PSD, a única coisa que ficava mesmo era a tentativa que tinha feito de compatibilizar a discussão da proposta 749/CM/2018 para antes da discussão dos Votos, saltando a discussão da proposta 745/CM/2018, com já considerava que iria acontecer, assim já conseguiam harmonizar a discussão das restantes propostas e votos.-----



----Finalmente, perguntou se o PSD pretendia manter a discussão da proposta 004/PSD/2019, ou se conversavam e refletiam sobre a mesma, primeiro em sede de Conferência de Representantes.-----

----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** sobre a proposta 749/CM/2018 referente aos Estatutos da Carris, disse que quanto mais cedo fosse discutida na reunião do dia seguinte melhor. Quanto à proposta 745/CM/2018, sobre a renda acessível, explicou que depois de terem discutido entre os vereadores o que seria mais aconselhável, e dado que qualquer ruído poderia criar perturbações no processo, uma vez que estavam em processo de recurso com o Tribunal de Contas, consideravam que era preferível adiar a sua discussão, para reavaliarem a proposta, sendo que ela já era substancialmente diferente da primeira e algumas das questões que o Tribunal colocava, no fundo, seriam ultrapassadas pela presente proposta. Ainda assim, a ideia era adiar a discussão da proposta para uma sessão futura.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** reforçou que a questão que de alguma forma atentava contra aquilo que era sua convicção da normal convocatória, era o facto do debate da atualidade aparecer como terceiro ponto da ordem de trabalhos, quando os pontos que tinham transitado da reunião anterior deveriam preceder esse, portanto os votos deveriam ser em primeiro lugar, uma vez que os pontos relativos às Sessões anteriores deveriam ser completados, perguntou se era assim que era correcto.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** disse que era correcto mas que deixava ao critério do Presidente da Mesa a ordem pelos quais eram colocados e agendados, não era obrigatório que fosse sequencial.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** continuou dizendo que até à presente data o procedimento que tinha sido sempre seguido era o que tinha enunciado.-----

----Depois era agendada a proposta 749/CM/2018, que era uma proposta que não estava exatamente nos mesmos termos, uma vez que não estava, de facto, em condições de ser apreciada na sessão anterior, ainda que, se porventura, se entendesse relevante e necessário, e a existência de um apelo da Câmara, e que a Câmara, uma vez mais, tenha solicitado uma cortesia à Assembleia Municipal, cortesia essa que não tem tido por parte da Câmara o mesmo sinal, uma vez que continuavam a ver as sessões, única e exclusivamente, acompanhadas pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que muito os honrava com a sua presença, mas que claramente não representava aquilo que deveria ser a presença do Presidente ou do Vice-Presidente da Câmara nas Sessões de Assembleia.----

----E portanto, essas questões para o PSD, eram questões particularmente relevantes, obviamente que no final do dia aquilo que questionavam era o facto de, e uma vez que a ordem de trabalhos poderia ser alterada, conforme dizia o Regimento, após consulta da Conferência de Representantes, o que via aqui era, no limite, o que deveria ter acontecido



era ter sido colocada a ordem de trabalhos nos termos normais e depois qualquer alteração poderia resultar, eventualmente, da Conferência de Representantes, ou não. E nesse caso passavam a ter novas práticas, queriam era saber como iria funcionar e como era que a partir do presente momento deveriam contabilizar o mecanismo de preparação das reuniões, sendo que, e voltava a frisar, no que dizia respeito aos votos continuavam a entender que deveriam ser discutidos antes do que estava agendado.-----

----No que dizia respeito à Proposta 745/CM/2018 caberia ao executivo da Câmara, se entender ou não, dar continuidade à discussão, retirando-a da ordem de trabalhos e poderia fazê-lo a qualquer momento.-----

----Finalmente, sobre a proposta 004/PSD/2019 disse que o objectivo era outro, iriam ainda assim ponderar e eventualmente, também, durante a própria sessão ou antes do início da sessão dar a informação relativamente à posição do PSD, mas gostariam de poder ter em sede de Conferência essa discussão, nos termos em que a proposta também estava feita, e se eventualmente ficasse posteriormente agendado um debate temático, tendo em conta que estavam com a agenda bastante preenchida, até ao final do ano, de todo o modo tomariam uma posição final no início dos trabalhos da sessão.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** disse que o PCP entendia que deveriam continuar numa prática que era positiva, que era de os Debate Temáticos serem primeiros vistos em sede de Conferência de Representantes, para serem preparados com substância, para a proposta poder ir a plenário e ser realmente entendida e aprovada.-----

----Em relação ao ponto 4, o Senhor Presidente já tinha explicitado que seria discutida a proposta do PCP em relação à intervenção do público, aliás o PCP tinha solicitado essa alteração através de ofício, e era isso que lhes parecia correcto.-----

----Também lhes parecia importante que na ordem de trabalhos que dessem prioridade à proposta 749/CM/2018, até porque na reunião da Conferência da semana anterior tinham visto essa questão, e depois seguir-se-iam, no seu entendimento, os votos, as propostas de deliberações.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** defendeu que em relação aos votos de pesar, tinha sido prática eles serem apresentados e discutidos no início dos trabalhos, já até tinham sido, entretanto, apresentados outros votos de outras forças políticas, inclusivamente pelo PAN, e considerava que, independentemente do debate político que alguns votos lhes podiam trazer, seria importante manter essa prática, até por respeito àquilo que estavam de alguma forma a homenagear e a prestar o minuto de silêncio, que se de alguma forma se reunissem todos no início.-----

----Em relação ao Debate Temático, salientou que era importante que fosse mantida, também, a prática de existir a discussão primeiro em sede da Conferência de Representantes, até porque algumas das temáticas e olhando para a temática que era



proposta pelo PSD, falavam em pobreza e falavam em sem-abrigo, eram duas problemáticas distintas, ainda que se cruzassem, e considerava que era importante existir uma reflexão na Conferência de Representantes, até para perceberem se era mais do que uma sessão, porque acompanhavam, obviamente, a bondade do debate, mas de facto carecia dessa discussão prévia por parte da Conferência de Representantes.-----

----**O Senhor Deputado José Franco** quanto à sequência em que iriam analisar os votos que tinham sido apresentados na semana anterior queria chamar a atenção dos Senhores Representantes para o próprio conceito do voto de pesar que também carecia de alguma afinação entre os presentes, ou seja do passado, sempre tinham entendido como genuinamente votos de pesar as manifestações pelo falecimento de individualidades concretas ou também de algumas catástrofes que tinham ocorrido no passado, e nas quais tinha existido um número elevado de vítimas e em que isso, inequivocamente, eram expressão da Assembleia relativamente a esses acontecimentos e eram genuinamente votos de pesar.-----

----No entanto, considerava que já não era tão óbvio que algumas bancadas apresentassem documentos políticos, em que, além de se manifestar, eventualmente pesar por isto ou por aquilo, se exprimiam pontos de vista políticos, que eram obviamente legítimos, sobre a apreciação dos acontecimentos num país, num continente ou em Portugal. Mas em que os outros aspetos que eram para além do pesar, propriamente dito, vinham de alguma forma perturbar com a manifestação simples de pesar.-----

----Nessa medida, considerava que não era razoável estar a colocar esses documentos com uma prioridade elevada, porque evidentemente eram documentos, os tais que não eram apenas um pesar pelo falecimento ou por uma tragédia humana, como infelizmente já tinham ocorrido num passado próximo.-----

----Concluiu, concordando com a sequência proposta.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** fez um esclarecimento regimental a propósito do que o Senhor Deputado José Franco tinha dito, e que eventualmente deveria ter feito desde o início, embora o seu objetivo era não criar problemas e tentar consensualizar os vários pedidos. Tinha sido, exatamente, por a Mesa não ter considerado os votos como votos de pesar, como já tinha acontecido no passado, que eles não tinham sido debatidos na semana anterior.-----

---- E também, e a Presidente tinha acabado por não anunciar nesse moldes, do mesmo modo para não estar a criar problemas na sessão, era verdade que os votos tinham sido admitidos pela Senhora Presidente e por isso a questão de passar e de terem sido consensualizados, mas a verdade era que eles não tinham sido corretamente admitidos e, por isso também não tinham sido discutidos. E não tinham sido corretamente admitidos, uma vez que nos termos do Regimento, na reunião da semana anterior aquilo que era



apenas e só admissível eram votos de pesar, os restantes careciam do consenso de todas as forças políticas para serem admitidos e agendados. No início da sessão tinha sido transmitido à Mesa a objecção de alguns partidos, e quem quisesse poderia reiterar a objecção que tinha feito, e tinha sido por isso que a Senhora Presidente, eventualmente mal pela questão que de momento se estava a colocar, mas bem, tendo em conta que seria tudo agendado para a sessão do próximo dia, e, portanto, não lhe parecia que isso fosse algum problema. Tinha transmitido ao plenário que todas as matérias iriam transitar para a próxima reunião e iriam transitar para reunião seguinte, exatamente, porque tinham sido consideradas propostas, por um lado porque não se tratavam de votos de pesar e por outro lado, tendo em conta que não existia consenso dos diferentes partidos eram consideradas propostas, que tinham dado entrada nos termos regimentais para serem agendados numa próxima Assembleia. -----

----Acrescentou que tinha sido também por esse motivo, nessas várias questões regimentais, que tinha procurado fazer uma ordem de trabalhos em que não se tivesse a centrar nos problemas regimentais, e tentasse colocar todas as matérias que deviam estar na ordem de trabalhos e ainda atender à discussão que tinham tido na Conferência da semana anterior. Porque a verdade, e se a quisessem ater, apenas e só exclusivamente ao regimento, e por isso era que, e nesse caso bem, a Senhora Presidente não quis estar a transformar à Assembleia numa questão regimental, quando todos conheciam o regimento. Em primeiro lugar, o que o Senhor Deputado José Franco tinha dito já não era novo, que era a coberto de chamar votos de pesar se colocarem questões, e já não era a primeira vez que não era admitido como voto de pesar, e que tinha transitado para outra ordens de trabalho, aquilo que chamavam de voto de pesar. E em segundo lugar, nas reuniões de Assembleia, a única exceção que estava consensualizada entre todos eram mesmo os votos de pesar.-----

----Portanto, alterações ao que tinha acabado de enunciar, tinham que ter a unanimidade de todas as forças políticas, e na sessão passada isso não tinha acontecido, uma vez que o PS e outros partidos que também tinham telefonado para a Mesa a dizer que não davam consenso e nem percebiam por que razão os votos tinham sido admitidos e distribuídos. O único que deveria ter sido era mesmo o verdadeiro voto de pesar e que o resto deveria ter ficado em carteira para ser agendado para a sessão seguinte. Portanto, considerou que era importante precisar esse aspeto. Tinha pensado que não era preciso estarem a discutir o Regimento numa coisa tão simples, não que não considerasse todas as questões regimentais importante, mas certamente para os lisboetas não era propriamente a questão da Venezuela, que os preocupavam mais.-----

----**A Senhora Deputada Margarida Penedo** disse que era importante ter a noção de que qualquer texto que acompanhava um voto de pesar, por mais neutro que pudesse



parecer à superfície, nunca era um texto neutro do ponto de vista político, isso não era sequer possível. Não se escrevia um texto sobre coisa nenhuma sem ter um ponto de vista. De maneira que os presentes votos eram de pesar, tinham havido mortos, e ou se estabelecia à partida e de uma maneira muito clara e muito compreensível por todos, qual era o limite do que era e do que não era um voto de pesar, ou então tinham que ser aceites, porque tinham existido mortos. Mas tinha que ser muito bem definido à partida, uma vez que se tornava muito difícil começarem a avaliar quais eram as matérias, os parágrafos e as palavras usadas na parte dos considerandos de cada texto para poderem tomar uma decisão, se era ou não era um voto de pesar.-----

----Considerava que isso não era sequer possível e considerava ainda que não deviam tentar fazer isso, uma vez que atentava até um bocadinho contra a liberdade de tomar posições políticas e de as expressar livremente, ainda que, admitiu, por vezes se pudesse cair um bocadinho no contrário, mas, às vezes o risco de cair no contrário, era mais aceitável, do que o risco de estar a cortar a possibilidade de um Partido exercer a sua ação política como entendesse, e estavam cá os outros Partidos para votar a favor ou contra.---

----**A Senhora Deputada Cláudia Madeira** defendeu que, de uma forma geral, os Verdes concordavam com a ordem de trabalhos que era apresentada, e com as alterações que tinham sido apresentadas na Conferência de Representantes, depois das últimas explicações, como por exemplo em relação à proposta 745/CM/2018 referente à operação de renda acessível. Considerava que era preferível não fazer a discussão enquanto a situação que estava a ser vista com o Tribunal de Contas não fosse resolvida.--

----Sobre o debate de atualidade, e precisamente por ser um tema da atualidade e com base no que estava no regimento, parecia-lhe bem que estivesse no ponto 3 da ordem de trabalhos.-----

----Por fim, e em relação à proposta do PSD para a realização do debate temático, consideravam que preferencialmente deviam ser propostos e discutidos na Conferência de Representantes, até porque tem sido o modelo que tem sido seguido até ao momento e que tem funcionado bem, e portanto na opinião dos Verdes podia e devia manter-se, até para de futuro possa envolver as restantes forças políticas na elaboração do debate temático.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** deu nota de que não era verdade aquilo que o Senhor Presidente, aliás, não tinha sido essa a discussão tida, na altura, com a Senhora Presidente da Mesa, como aliás, também não tinha sido essa a prática no passado. Recordou que, no passado, tinham tido uma situação em que se tinha entendido que um determinado voto de pesar, tinha um ponto que era manifestamente um voto de pesar e depois tinha outros pontos que se tinha entendido que transcendiam a dimensão do voto de pesar. E o que tinha sido deliberado nessa sessão, e tinha sido isso que então deveria



acontecido, se tivesse sido esse o entendimento da Senhora Presidente da Mesa, era que, à semelhança do que tinha acontecido no passado, tinham votado o ponto um como voto de pesar e depois passava-se para a outra sessão, os restantes pontos para debate, e tinha sido isso que tinha acontecido em situações análogas. E não foi isso que aconteceu na presente situação porque, de facto, na altura o entendimento da Senhora Presidente de Mesa não tinha sido este. O senhor Presidente em exercício podia neste momento alterar o entendimento da Senhora Presidente, uma vez que estava em funções. E portanto, tinha, obviamente, toda a latitude para alterar um procedimento, não lhe parecia correto que quisesse revisita-lo e que quisesse alterar aquilo que tinha sido a sua essência. Voltou a frisar que se tivesse sido, de facto, nesses termos, então o que teria acontecido, e como tinha acontecido no passado, tinham votado o ponto um e depois, os restantes pontos teriam sido alvo, então, de adiamento para outro período.-----

----Continuou dizendo que essa situação, inclusivamente, reforçava a segunda parte da tese, de que era, ainda que, no limite isso pudesse estar a acontecer também o que tinha acontecido da outra vez, foi esses pontos a seguir tinham sido discutidos no início, não tinha ficado ao critério de um líder de bancada, ou no presente caso não era uma bancada, ou de um representante dos independentes ou do próprio presidente da Assembleia em exercício, se o tema era mais ou menos relevante para os lisboetas, essa era uma matéria que, enfim, era subjetiva, abstrata e que atentava, no limite, àquilo que era o próprio exercício regimental do funcionamento da Mesa. Obviamente que no final cabia num critério, mas então que se assumisse que o critério era pessoal e que não tinha a ver com a perceção que tinham sobre o que era que os lisboetas achavam ou não importante.-----

----Porque não tinha a menor dúvida que os lisboetas consideravam extremamente importante e extremamente grave o que se estava a passar, e também não tinha a menor dúvida que se os Lisboetas tivessem presentes na reunião, estariam a manifestar essa mesma indignação, e quererem ver uma discussão com um posicionamento mais claro daquilo que eles enquanto lisboetas, a capital europeia do século XXI, entendiam relativamente ao mundo que estava à sua volta.-----

----E, portanto, voltou a frisar que a situação lhe parecia muito subjetiva, não consubstanciado nem na prática nem no regimento e, portanto, no final do dia, existia uma maioria, e a maioria, obviamente, era a que decidia, pedia era que não se fizesse isso com a cobertura de uma normalidade regimental ou procedimental, porque essa, como era óbvio, não iria permitir que passasse dessa forma.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** subscreveu aquilo que já tinha dito, quer pelo CDS quer pelo PSD, porque, de facto, um voto de pesar, tinha uma carga subjetiva que era transversal a qualquer força política, e até qualquer um dos presentes que



exercesse o seu mandato enquanto independente. Estavam a falar, de facto, no caso dos votos em concreto, de vidas que também tinham sido perdidas.-----

----Considerava que enquanto coletivo a cidade de Lisboa, também, obviamente deverá manifestar a sua consternação por estes factos, não se podiam esquecer que a democracia não podia ser dada como garantida em lugar nenhum. Se fosse com a própria cidade de Lisboa, ou qualquer outra cidade modernista, todos gostariam que houvesse solidariedade em relação a qualquer perda de vida humana. E, portanto, parecia-lhe que espartilhar de alguma forma ou tentarem fazer uma interpretação mais formalista daquilo que eram os votos de pesar, atentava àquilo que tem sido o trabalho positivo da Assembleia Municipal, porque tinham uma assembleia que tinha, de facto, o seu peso no país, que tem sido uma Assembleia ativa, muito pró-ativa naquilo que tem sido os trabalhos, e isso era, de facto, salutar. Estarem a reverter um bocadinho o caminho que tem sido feito pela Assembleia, não lhe parecia positivo para o caminho que tem vindo a ser trilhado, e que, de facto, nesse sentido o PAN, apesar disto não serem votos apresentados pelo PAN, gostaria, de facto, não de alguma forma não cortar aquilo que era a liberdade de qualquer força política se sentir constrangida com estas manifestações que ocorreram.-----

----Disse também que tinham apresentado um voto de pesar pela morte de uma ativista, que não estava na ordem de trabalhos, e que gostariam de ver votado na reunião do próximo dia, e obviamente e fazer o minuto de silêncio pela morte de uma pessoa.-----

----**O Senhor Deputado José Leitão** lembrou que tinham por prática votar favoravelmente os votos de pesar, e até à presente data não se recordava que se tivessem sequer absterido num voto de pesar portanto, percebiam que independentemente da considerações políticas e das políticas.-----

----Continuou dizendo que realmente eram mais sensíveis às circunstâncias trágicas, do que propriamente ao contexto muitas vezes desses votos. Contudo, efetivamente, como já tinha sido dito com clareza pelo Senhor deputado Luis Newton, o voto do PSD tinha uma parte que era um voto de pesar, e outra parte que não era. E o que o Senhor Deputado Luís Newton tinha dito era que relativamente ao precedente que tinha sido invocado, e que também subscrevia, que apenas os votos de pesar se podiam votar. Tinha sido o Senhor Deputado Luís Newton que tinha vindo dizer que no passado já se tinha distinguido a parte do voto que era de pesar da outra parte, tendo sido votadas em momentos diferentes o voto de pesar e a outra parte.-----

----Portanto, a única alteração, que pessoalmente, deveria ser considerada, era a parte que seja um voto de pesar ser votada fora da ordem de trabalhos, ou seja no início, a restante parte, que era o debate político, na prática, fosse votado na ordem em que estava. Essa solução parecia-lhe que respeitava, efetivamente, os precedentes.-----



---Acrescentou que não tinha dúvidas de como votariam o presente voto de pesar, no entanto, era questão de pensarem que deveriam obedecer a alguns procedimentos e, tendo em conta que tinha sido invocado a separação, que já tinha ocorrido no passado entre as partes voto, quanto a esse aspeto não tinha dificuldades nenhuma em que fossem votados em separado.-----

---**O Senhor Deputado Modesto Navarro** disse que queria referir de forma pacífica que se passavam no mundo coisas extremamente graves, como, por exemplo, em Israel com 7 mil prisioneiros e centenas de mortos a cada passo na Palestina.-----

---Continuou, dizendo que tinha sido em função da condução dos trabalhos e por se ir realizar um debate, nem sequer tinham tido a oportunidade de irem à inauguração do painel de azulejos, mas tinha sido em função disso que se tinha resolvido, e bem, votar os dois votos, e passarem para a situação, até já com atraso.-----

---Defendeu que os votos nunca eram neutros, cada força política apresentava os seus votos, contudo tinham que ser votos de pesar que merecessem efetivamente consenso, e se realmente os votos tinham manifestado dúvidas em relação à matéria, considerava que a Mesa decidiu bem em ter agendado os presentes votos para outra sessão, como, aliás, não poderia ser de outra de outra forma. -----

---Não se lembrava que se tivesse levantado sobre o problema da aceitação e da passagem em primeiro lugar dos votos de pesar, não tinha grande memória que isso tivesse acontecido. Na sua opinião estava-se a levantar um problema, que era um problema que, em termos concretos de tempo, seria mais meia hora ou uma hora, se fosse. E acreditava que, na sua opinião, dada a matéria, até porque também era um dos interessados e também tinha um documento para apreciação, considerava que a organização da ordem de trabalhos estava bem e que podia e devia assim funcionar.-----

---**A Senhora Deputada Margarida Penedo** primeiro e para juntar uma ilustração ao que tinha dito na primeira intervenção disse que quando, salvo o erro, em 2011, existiu um doido na Noruega que tinha entrado numa reunião de jovens, de uma juventude socialista ou social-democrata, e matou uma serie de jovens, esse acontecimento tinha sido um assassinato em massa, frisou que na data não era Deputada, mas não tinha sido uma catástrofe natural, não sabia se tinham sido apresentados votos de pesar ou não, possivelmente teriam sido, mas se tinham sido apresentados, tinham sido bem apresentados. E, portanto, isso queria dizer que a classificação de catástrofe natural parecia-lhe insuficiente.-----

---Por outro lado, concordavam que os votos de pesar fossem apreciados no início das reuniões, e que era quase uma questão protocolar, e o CDS-PP também preferia que assim acontecesse.-----



----**O Senhor Deputado Luís Newton** deu nota em relação à intervenção do Senhor Deputado José Leitão, referiu que aquilo que tinha pretendido evidenciar tinha sido, perante à tal ideia que se estava a querer criar de que se tinha discutido que seria um voto de pesar para outra sessão e que não se reconheciam na anterior reunião o voto de pesar, quis dizer que se tivesse sido esse o caso e teria existido naquela situação do passado, portanto, no ponto de vista do PSD, e apenas para salientar, não tinha sido esse o caso.---

----No entanto, se entendessem colocar o voto de pesar no início da ordem de trabalhos e depois mantivessem no ponto onde estava a discussão dos outros pontos, nesse caso não tinha objeções a colocar.-----

----Disse que entendia que essas matérias deviam ser clarificadas, de facto, em situações futuras.-----

----**A Senhora Deputada Aline Beuvink** pediu que a corrigissem se estivesse enganada, mas a Mesa tinha aceitado esses votos de pesar como votos de pesar. -----

----Perguntou se a Mesa não tinha pedido para transformar os documentos em moção, ou em recomendação, se tinham aceitado como voto de pesar.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** esclareceu que tinham aceitado os votos, sem o qualificar, uma vez que não estavam apenas a falar de votos de pesar mas também de votos de saudação, de congratulação e de condenação.-----

----**A Senhora Deputada Aline Beuvink** disse que, nesse caso, deveriam ser tratados cada um deles como tal, com essas clarificações, ou seja, podiam votar fosse o que fosse, segundo o seu entendimento, pelo menos interpretava como tal, qualquer deputado e, principalmente, qualquer força política podia votar, fosse o que fosse, a favor, contra ou abster-se, mesmo em votos de pesar. Já tinha acontecido.-----

----Continuou, afirmando que se quisessem poderiam fazer uma declaração política, por considerarem que esse voto de pesar, ou voto de saudação, ou voto de condenação, tinha uma carga política.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** disse que não percebia qual era a relação da intervenção da Senhora Deputada com a matéria que estava em discussão.-----

----**A Senhora Deputada Aline Beuvink** defendeu que o que estava a tentar dizer tinha relação com a matéria em discussão.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** pediu para clarificar uma questão, uma vez que já tinha percebido que da presente discussão que a Mesa tinha que passar a ter um entendimento mais atento ao regimento da Assembleia, porque tinha percebido que cada vez existiam menos consensos sobre as presentes matérias, e pelos vistos havia uma intenção de complicar aquilo que era simples.-----

----Assim, iria recordar o enquadramento da discussão e do que o Regimento defendia, que havia um momento próprio para apresentar todos esses votos, inclusive, os de pesar,



e havia reuniões próprias da Assembleia para os apresentar, e aquilo que tinha sido sempre consensualizado na Conferência de Representantes era que os votos de pesar que fossem considerados consensuais entre todos, ainda que fosse verdade o que defendiam em relação aos textos nunca serem neutros, que esses se tratavam de uma exceção consensualizada por todos àquilo que estava no Regimento, para que não se deixasse passar a manifestação do pesar muito tempo em relação à ocorrência dos factos e ao acontecimento que lhes dava origem.-----

---E, portanto, o que estavam a discutir uma exceção consensual àquilo que tinha sido consagrado no Regimento e como estavam em processo de revisão do regimento, todas as senhoras e senhores deputados eram livres de alterar o regimento. Portanto, poderiam alterar a presente matéria, que aliás já tinha sido debatida, e tinha sido nesse âmbito que tinham chegado a esse consenso de que não fazia muito sentido se alguém falecia, a quem queriam manifestar o pesar, e que era simplesmente isso, e não transformar numa discussão política, que se ativessem ao regimento, que dizia bem claro qual era a reunião e qual era o momento em que deveriam ser apresentados, ou então tinham que ser apresentados como pontos na ordem de trabalhos, que também tinham prazos para serem apresentados.-----

---Assim, tinha sido esse o sentido, e sempre que não exista consenso dos diferentes partidos, e no presente caso não tinha existido, e o senhor deputado Luís Newton tinha razão, devia ter sido transmitido que havia oposição de alguns partidos aos votos, e assim tinha ficado claro para todos. -----

---Continuou, dizendo que tinha sido por ser mais fácil, por terem o debate temático, e a inauguração do painel de azulejos, e ainda por tentarem acelerar os trabalhos para não terem uma grande confusão, que tinha acabado por se verificar na mesma de alongar os trabalhos e não puderam ir todos à inauguração, uma vez que apenas ele e os Senhores Deputados Fernando Braamcamp e António Prôa é que tinham estado presentes, que tinha sido entendido ser mais fácil dizer que passavam esses votos para a sessão da semana seguinte. A Senhora Presidente Helena Roseta tinha considerado que era consensual, e por sua vez ele próprio tinha considerado que era preferível colocar os votos na Ordem de Trabalho conjuntamente com as restantes propostas e que seria uma decisão amplamente consensual. Contudo parecia-lhe, e já não era a primeira vez que acontecia, que algumas coisas, a bem de procurar consensos e resolver os problemas durante o andamento dos trabalhos, depois geravam grandes problemas regimentais e até com a evocação de práticas que depois não eram assim.-----

---Acrescentou que tinha boa memória sobre as práticas e as não práticas, e se considerasse que era absolutamente relevante, poderia trazer vários exemplos, à



Conferência de Representantes, que contradiziam aquilo que algumas das senhoras e senhores representantes tinham afirmado na presente reunião.-----

----No entanto, como considerava que isso não aproveitava ninguém, nem ao bom andamento dos trabalhos, aquilo que ficava registado em ata era que enquanto tivesse a exercer as funções de Presidente, para evitar esse problemas e essas discussões que passaria a ter uma interpretação restrita que, por vezes não tinha em relação a tudo aquilo que estava no regimento e aos prazos e à formulação das propostas e a todos os assuntos. Uma vez que pensava que passava a ser muito mais fácil, e evitavam essas discussões, poupava-se ao trabalho de, às vezes, estar a consensualizar posições, poupava-se os membros do gabinete da Presidente e do seu de terem que dar lições aos assessores de alguns partidos, de como era que deveriam estruturar as propostas, e passava a ser tudo muito mais simples. Tinham toda a razão aqueles que diziam que quando passarem a considerar que alguma coisa não estava no prazo ou não estava na forma, devolviam o documento ao proponente e anunciavam o motivo por que tinha sido devolvido, e pelos vistos ganhavam todos bastante tempo nas discussões da Conferência de Representantes e evitavam esses problemas.-----

---- Continuou, dizendo que era uma má ideia, já tinha percebido desta discussão, tentarem consensualizar ou ganhar tempo. Na próxima vez que os partidos se quisessem opor, se calhar até era mais prático, mesmo com a economia, davam a palavra aos partidos, e os partidos opunham-se, e o problema ficava resolvido e, se calhar, muitos destes votos, nos termos do regimento e da prática, se se ativessem ao regimento, não só nenhum devia ter sido admitido para a Sessão passada, como nem nenhum deveria ter sido discutido.-----

----Todavia, considerava que isso era ridículo, e por isso tinham um consenso que os votos de pesar, que todos os partidos concordavam que eram a exceção ao que tinham no regimento.-----

----Disse que a propósito os votos de pesar, deveriam refletir sobre alguns dos votos, que muitas das vezes não eram neutros, mas que deviam procurar esse consenso e já agora também podiam fazer outra reflexão, era que às vezes era um bocado ridículo para quem estava a ler esses votos, uma vez que estava a falar com todo o à-vontade, e até considerava que tinha muita capacidade de encaixe para ouvir todas as intervenções, permitirão que diga que às vezes era muito ridículo os partidos políticos fazerem votos que iam decalcar ao *wikipedia* muitas coisas e em que faziam variadíssimos votos que eram *copy and pass* uns dos outros, em que não faziam o mínimo esforço para consensualizar esse voto de pesar e depois estavam os membros da Mesa a ler votos longuíssimos que eram *copy and pass* do *wikipedia* e que eram iguais uns aos outros.-----



---Obviamente que cada partido estava no seu pleno direito, e fazia os relatórios da sua atividade, mas aí também mais-valia que quem escrevia também os passasse a ler na Assembleia, em vez de serem os membros da Mesa a ler esses votos tirados do *wikipedia*. Talvez o Senhor Deputado José Alberto Franco tivesse razão, e se calhar mesmo em sede do grupo de trabalho do regimento, tinham mesmo que olhar para os votos de pesar por muito ridículo que isso pudesse ser. Mas se os senhores Deputados queriam fazer uma grande questão regimental, sobre o andamento dos trabalhos, sobre os votos de pesar, que assim fosse, passavam a cumprir o regimento à letra, e metade do problema ficava resolvido e, se calhar esse problema que os senhores Deputados colocavam, acontecia porque às vezes existia um esforço, quer por parte da Presidente Helena Roseta, quer o seu, de procurar consensualizar as coisas todas e admitir o máximo de proposta. Se levassem tudo à letra, não aproveitava a cidade, muitas das propostas dos grupos municipais eram rejeitadas à partida e muitas propostas da Câmara com aquelas erratas todas que muitas vezes estavam a ler dos erros materiais também, nomeadamente, aquelas que tinham a ver com a transferência de competências para as freguesias, também iam para trás, porque se levasse tudo a letra tinham que dizer que apenas aceitavam os documentos que vinham de acordo com o Regimento.-----

---Recordou que com todos os anteriores Presidentes, daqueles que se lembrava, do João Amaral, do Modesto Navarro, da Paula Teixeira da Cruz, da Simonetta Luz Afonso, e da Helena Roseta, sempre tinha existido um grande consenso entre os membros da Mesa, os partidos, e os Senhores Representantes numa tentativa de levar essas matérias com o máximo bom senso. Ou seja, se havia propostas que estavam mal feitas, viam a questão dos erros materiais, se existiam questões que vinham dos partidos que precisassem de algum ajuste, procurava fazer em consenso e nunca a presente matéria tinha sido um problema, uma vez que em última instância tudo acabava por caber na ordem de trabalhos e tudo acabava por ser debatido, porque faziam esse esforço consensual, se passava a ser tudo um problema, as senhoras e senhores representantes passavam a resolver a questão na revisão do regimento, e a melhor coisa que a Mesa tinha a fazer era cumprir estritamente aquilo que estava no regimento.-----

---Acrescentou que regimentalmente nenhum dos votos deveria ter sido admitido e distribuído, na passada sessão, uma vez que se ativessem exatamente o regimento era isso que tinha acontecido. Às vezes o que acontecia era que muitas das senhoras e senhores deputados gostavam de debater essas questões sem saberem o que estava no regimento e, portanto, também convidava os Senhores Deputados a fazerem uma leitura mais atenta e mais detalhada daquilo que estava no regimento para poderem discutir essas situações. Porque não podia haver meios-termos, ou discutiam com base no bom senso e na consensualização de posições que, era o que a Mesa, e quem exercia funções na Mesa por



substituição, procurava fazer com todas as forças políticas, ou então não valia a pena e passavam a cumprir estrita e rigorosamente o regimento.-----

----Contudo na sua opinião considerava que isso não aproveitava a ninguém. Para a Mesa até seria mais fácil, mas podiam ter a certeza que existia uma série de coisas, que pela prática dos últimos meses que acabavam por não ser admitidas e acabavam por andar para trás e para a frente várias vezes, e isso era uma situação transversal a todos os partidos, porque já tinham corrigido documentos de todos os partidos, já tinham discutido várias vezes em sede de Conferência a ultrapassagem dos prazos, ou que forma não estava certa, e sempre tinham procurado consensualizar as diferentes posições.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** disse que era o seu primeiro mandato e confessou que tinha ficado um bocado estupefacta como era que um voto de pesar podia gerar tanta celeuma em torno da própria Conferência de Representantes. Compreendia aquilo que o senhor Presidente tinha dito, e considerava que efetivamente existiam questões regimentais que deviam ser respeitadas, e olhando para a própria ordem de trabalhos, a começar pelos debates temáticos, como tinham falado anteriormente.-----

----Portanto, todos têm vindo a cumprir com rigor, inclusivamente o próprio PAN, já tinham corrigido votos seus, e portanto contra o PAN falava, uma vez que também o PAN já tinha contado com a benevolência da Conferência de Representantes num momento em que se tinham enganado, e em outras circunstâncias já tinham ficado prejudicados, precisamente por ser terem enganado, e dizia isso com todo o respeito por todos os seus pares na Conferência. Mas, de facto, o documento era um voto de pesar, aquilo que fosse, e aqui acompanhando um pouco que o Senhor Deputado Municipal José Leitão tinha dito, aquilo que fosse de teor mais deliberativo ou que fugisse ao voto de pesar, efetivamente, poderia fazer sentido que fosse debatido em sede própria, ou os votos de congratulação, ou de saudação.-----

----Em relação aos votos de pesar estavam a falar da vida humana, quer dizer, considerava que a dignidade da vida humana era de tal forma inviolável que não fazia qualquer sentido criarem essa celeuma, independentemente das suas divergências políticas, já tinham tido votos de pesar pela Síria, pelo Joaquim Bastinhas que era uma ode à tauromaquia, e o PAN não se tinha oposto a que o voto fosse votado, tinham feito a sua declaração política da forma mais digna possível, por respeito até, e havia uma divergência imensa, um fosso nessa matéria, mas considerava que de facto não fazia muito sentido fazê-lo de outro modo.-----

----Querida até clarificar uma questão para o PAN, e podia até estar enganada naquilo que tinha sido a sua interpretação, o que tinha ficado consensualizado era que se podia apresentar votos de pesar que eram, no fundo, votados antes do período da ordem do dia, e independentemente de haver consenso ou não, portanto essa questão para o PAN não



se tinha colocado, não era uma condição, diria assim, para que o voto fosse apresentado. -
----Considerava ainda que todos têm tentado, de facto, ir ao encontro e ao respeito de serem apenas votos de pesar, e tudo o resto iria para a ordem de trabalhos, e nesse ponto concordava com o senhor Presidente. Contudo, se existia um voto de pesar que, de alguma forma, que ficava para trás, ou sujeito ao critério de concordarem ou não com o mesmo, não fazia muito sentido, até porque, obviamente, todos tinham a liberdade de o votar ou não votar, de sair da sala por respeito, ou de ficar na sala por respeito e manifestarem a sua posição política de formas completamente diferentes.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** começou por lamentar a soberba na intervenção do Senhor Presidente na sua tentativa genérica de passar um atestado de menoridade a todos os grupos parlamentares. Lamentou também que com a Senhora Presidente Helena Roseta, sempre tinha existido consenso e sempre tinha existido uma linha de condução prática daquilo que eram os trabalhos, que chocava com a do Senhor Presidente.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que o atestado de menoridade, que o Senhor Deputado referia, por incompetência na elaboração das propostas e desconhecimento do regimento e era apenas referente ao Partido Social Democrata, e ficava registado que o Senhor Deputado Luís Newton mais uma vez demonstrava que não merecia a consideração que tem tido com o Senhor Deputado em admitir propostas, muitas vezes fora do prazo, mal feitas, e em a passar horas com assessores do PSD, que devia ser o trabalho do Senhor Deputado, para corrigir as propostas. E, portanto, também ficava registado que era última vez que fazia isso.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** declarou que já estava habituado às faltas de respeito e desconsiderações do Senhor Presidente, e a presente situação não fugia à linha daquilo que era a sua intervenção regular, que infelizmente era o que era.-----

----Continuou dizendo que, de facto, era o único que tinha funções de presidente de Mesa com o qual tinham muita dificuldade em trabalhar. Agradeceu essa sua frontalidade e o registo que lhes deixava, até porque, de facto, mostrava muito a qualidade do trabalho, que também e dessa visão consensual, que dizia tanto “pregar” e queria dizer que era Sua Excelência estava a querer gerar essa controvérsia. Porque, de facto, isso tinha sido acordado com a senhora Presidente de Mesa Helena Roseta, que iriam passar para a ordem de trabalhos seguinte, tinha sido Sua Excelência que tinha feito todas as alterações sem falar com ninguém, portanto, era Sua Excelência que uma vez mais, numa carga subjetiva, sem qualquer respeito por aquilo que era o trabalho que se estava a desenvolver e, pelas próprias práticas.-----

----Acrescentou que, e apenas para uma vez mais registar o seu desrespeito profundo pela força política do PSD, quem tinha ido à cerimónia da inauguração do painel de azulejos



tinha sido o Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, e também tinha ido um representante da bancada do PSD na Assembleia Municipal. -----

----Declarou ainda, para deixar bem claro, que de facto Sua Excelência tinha um registo muito próprio.-----

----E, portanto, aquilo que queria dizer era que o procedimento estava consensualizado, inclusivamente até já tinha voltado a consensualizar um novo procedimento, até com o próprio Partido Socialista, na sequência da intervenção do Senhor Deputado José Leitão e, portanto, esse registo pistoleiro do Senhor Presidente em exercício com a intenção de sempre tentar denegrir aquilo que era a atividade do Partido Social Democrata, merecia o seu repúdio, o seu lamento e, de facto, dizia muito acerca da forma como umas pessoas tinham condições para presidir a Assembleia Municipal e outras não.-----

----**A Senhora Deputada Margarida Penedo** esclareceu que o que tinha dito sobre a posição do CDS quanto à ordem de apresentação dos votos de pesar era uma preferência, não iriam levantar qualquer problema quanto a essa situação. Tinha falado porque o assunto tinha sido levantado e porque lhe tinha parecido, e podia ter entendido mal, que estava a ser pedida uma palavra sobre este assunto. Não fazia qualquer questão sobre isso, serem apresentados no início da sessão ou, se fosse o entendimento da Mesa, serem apresentados mais tarde. -----

----De facto, por um lado preferiam que fossem apresentados no início, por outro lado, queria pedir um esclarecimento totalmente cândido, não tinha nenhuma intenção de usar a resposta para nada, porque a palavra consenso às vezes era dita no sentido de entendimento unânime de todas as partes, outras vezes era dita apenas no sentido de entendimento. E, portanto, gostava apenas de compreender quando se dizia que os votos têm sido aceites com o consenso dos partidos, se isso queria dizer que era necessário que estivessem todos de acordo, que a posição seja unânime, ou não, porque por vezes fazia-lhe um bocadinho de confusão porque não sabia como era que cada pessoa quando dizia a palavra como era que a entendia.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** explicou que a interpretação, até à presente data, era que quando usavam a palavra consenso queria dizer que era unânime.-----

----**A Senhora Deputada Aline Beuvink** declarou que talvez se tivesse expressado mal na sua intervenção, porque apenas tinha ficado um pouco perplexa ao longo da presente reunião a assistir a esse tipo de discussão, exatamente, sobre votos de pesar, porque pelo seu entendimento, e sempre tinha visto isso em plenário, já tinha ocorrido terem votado contra votos de pesar, e depois fazerem declarações políticas ou não, conforme um entendimento. Por esse motivo considerava um pouco estranho estarem a ter esse tipo de discussão, no presente âmbito. E tinha sido apenas nesse sentido, daí ter perguntado se



tinham sido aceites ou não como votos, e tinha sido apenas nesse sentido e não em mais nenhum outro.-----

----**O Senhor Deputado Luís Newton** pediu a palavra para dar nota que, perante a demonstração pública de falta de respeito e consideração pelo grupo municipal do PSD e enquanto não existisse uma retração ou uma substituição da pessoa que presidia às Conferências de Representantes o PSD deixava participar nas mesmas e que iria abandonar a presente reunião.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que a questão era apenas com o Senhor Deputado que não era para o PSD, por isso podia ficar.-----

----Declarou que quem não tinha propostas políticas fazia números políticos, e portanto, apenas relevava aquilo que tem vindo a dizer. E o que estava a dizer era mesmo para ficar gravado, que o senhor deputado Luís Newton, que a nível do PSD era useiro e vezeiro não saberem o regimento, apresentarem propostas mal feitas, não era credor e não teria mais a benevolência da Mesa, para chamar os assessores do PSD para fazer o seu trabalho, para muitas vezes explicar como era que as propostas deviam ser feitas e deviam ser admitidas e conformadas.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** em relação à presente situação declarou que lhe parecia que a atitude do Senhor Representante do PSD prejudicava o funcionamento da Conferência de Representantes, e que lamentava a saída do Senhor Deputado da presente reunião.-----

----Não se lembrava de uma situação igual e esperava que no âmbito do grupo municipal do PSD analisassem a situação, e que conseguissem ter sempre a presença do PSD na Conferência a trabalhar com os restantes membros da Conferência, e que o consenso era o valor maior de uma conferência de representantes.-----

----Sugeriu que a questão dos votos de pesar fosse vista em sede do Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** explicou que já têm vindo a fazer alguma reflexão, quer ele mesmo, quer a Senhora Presidente, quer a Senhora 2ª Secretária, sobre o facto de ao longo do presente Mandato terem cometido algumas asneiras naquilo que tinha a ver com o relacionamento com o senhor deputado Luís Newton, e, portanto, pagavam por elas. Porque o Senhor Deputado achava que muitas das vezes aquilo que era uma procura de consenso, de exceção e de ajudar o PSD em algumas das coisas, o Senhor Deputado depois não era credor desse reconhecimento e ficava muito ofendido quando lhe diziam isso, mas era a verdade.-----

----Continuou dizendo que muitas das coisas que o PSD tinha feito, e não confundia o PSD com o Senhor Deputado Luís Newton, que a Mesa, muito simplesmente teria sido



mais fácil para todos, liminarmente indeferido muitas dessas coisas, quer em termos de prazos, quer de forma, estavam sempre a aprender.-----

----E a verdade era, e dizia o Senhor Deputado Modesto Navarro e com razão, nunca tinha acontecido uma situação dessas. A título político, muitas vezes, costumavam brincar com os vários PSDs, ou até usar isso no discurso, mas muito a sério e com pesar queria dizer que isto nunca se tinha passado com PSD nenhum, em anos nenhuns, desde que se lembrava, desde que era autarca fosse na Câmara, na Assembleia Municipal, nas freguesias.-----

----Disse ainda que tinha grandes amigos no PSD e que a sua falta de consideração, não era pelo PSD, mas sim pelo Senhor Deputado Luis Newton, porque já estava cansado de ter os serviços a trabalhar para ele, de o ajudarem sistematicamente e depois o Senhor Deputado como não tinha substância política estava permanentemente a fazer números quer na Conferência de Representantes, quer na Assembleia Municipal, e a dizer muitas das coisas que não eram verdade e que acabavam por suportar, e ainda conseguia fazer isso na capa de grande Estadista, mas, na verdade de Estadista tinha muito pouco.-----

----Em síntese, perguntou se as senhoras e senhores deputados faziam muita questão dos votos serem discutidos antes da proposta da Carris, uma vez que a questão da suspensão de mandato da Senhora Presidente e o debate da atualidade, esses tinham que ser mesmo apreciados e debatidos em primeiro lugar.-----

----**A Conferência** concordou com a organização inicial da Ordem de Trabalhos.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre a ordem de trabalho da reunião do próximo dia, comunicou que o Senhor Deputado Rui Costa, enquanto Deputado Municipal Independente, tinha apresentado uma proposta, que não tinham colocado na ordem de trabalhos, exatamente por causa destes problemas, mas em que se tinha comprometido com o Senhor Deputado a trazer à consideração da Conferência de Representantes se poderia merecer algum consenso, para ainda ser discutida na reunião do próximo dia, ou se ficaria para uma próxima reunião. Tratava-se de uma proposta referente à evocação dos 100 anos do Jornal A Batalha e os 100 anos da Confederação Geral do Trabalho, era uma saudação e uma recomendação.-----

----Explicou que a 23 de Fevereiro era a data em que faziam os 100 anos e por isso se a Assembleia deliberasse fazer uma homenagem, faria sentido ser mais próximo da data.-----

----Pedi ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva para ver se a Câmara também concordaria com isso ou não, nomeadamente a Senhora Vereadora da Cultura, uma vez que a parte deliberativa ia no sentido de recomendar à câmara a colocação de uma placa na fachada do Palácio Marim-Olhão.-----

----**A Conferência** decidiu que ficava para uma próxima sessão.-----



----**O Senhor Deputado José Leitão** disse que não queria ser factor de perturbação porque já tinham tido perturbações suficientes, mas realmente ainda não tinha percebido bem qual era o critério de inclusão de pontos na ordem de trabalhos, por exemplo, aparecia o ponto número 11 sobre “Os recentes acontecimentos ocorrido no Seixal, num bairro de génese ilegal comumente designado por Jamaica”, tinha dúvidas se a matéria era um ponto para a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal do Seixal, ou se era para a Ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Lisboa, era evidente que depois o texto tinha pouco a ver com o Bairro da Jamaica ou com o Seixal, assim a questão que se punha era muito simplesmente, e para não querer levantar problemas, e o que realmente pretendia era apresentar uma proposta alternativa, e perguntava se no âmbito do regimento se podia ou não apresentar essa proposta alternativa.-----

----Recordava outras situações, como por exemplo aquando da discussão sobre a pobreza, o PS e o PCP tinham apresentado propostas alternativas que tinham sido discutidas.-----

----Não queria causar perturbações, apenas perceber se poderia apresentar ou não uma proposta alternativa, porque não se revia no teor da proposta apresentada e já que estavam a discutir o Seixal em Lisboa, queria se pudesse apresentar uma alternativa, não querendo causar perturbações para a condução dos trabalhos.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** esclareceu que nos termos regimentais, um ponto admitido para a ordem de trabalhos, permitia que até ao início da sua discussão os restantes partidos pudessem apresentar um documento, aliás salvo erro, tinham recebido para o ponto 12.-----

----**A Senhora Assessora, Dra. Alexandra Casanova** explicou que o regimento dizia era que se podiam apresentar recomendações sobre matérias previamente agendadas, no entanto, ultimamente tem sido prática aceitar outro tipo de documentos, para além das recomendações.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** declarou que tinham apresentado, por arrastamento, ao abrigo do número 12 do artigo 48º do Regimento, uma proposta em relação ao ponto 12 da Ordem de Trabalhos, sobre o “Fim das mochilas escolares”, mas uma recomendação.-----

Ponto 3. Actualização do Calendário de reuniões para Fevereiro com a inclusão do DT “Lisboa e os Animais: os desafios da sociedade actual”(Doc 3 e Doc 4)-----

----**O Senhor Presidente em exercício** deu conta que o Senhor vereador João Paulo Saraiva, neste ponto, queria falar sobre o agendamento da Informação Escrita do Presidente.-----

----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** disse que queria solicitar uma alteração ao calendário em virtude de estar agendado um compromisso internacional com presidentes de câmara, em Paris, e o Senhor Presidente Fernando Medina necessitar de lá estar, e



portanto, solicitavam se podiam ter a apreciação da Informação Escrita no dia 26 de Fevereiro em vez do dia 19 de Fevereiro.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que caso não existisse objeção agendariam a Informação Escrita para dia 19 de Fevereiro, na convocatória da Sessão Ordinária, com os diferentes pontos e teriam a discussão na reunião de continuação no dia 26 de fevereiro, não apenas da Informação Escrita mas dos restantes pontos que transitassem.-----

----Informou que tinham um pedido do PAN para a realização de um debate atualidade e dava a palavra à Senhora Deputada Inês Sousa Real para que pudesse apresentar a proposta.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** disse que como o PAN era certinho, era penalizado porque estavam à espera do agendamento do debate, iriam-lhe desculpar a piada, mas depois de enfim, da tarde do presente dia, gostariam de facto de ver agendado para Fevereiro, tinha sido aquilo que tinha ficado combinado na última Conferência de Representantes com a Senhora Presidente Helena Roseta, que o mesmo seria agendado em Fevereiro.-----

----Explicou que tinham proposto a realização de três sessões temáticas, se porventura não fosse possível, pelo menos que a 21 ou a 28 de Fevereiro, que eram duas quintas-feiras, de alguma forma reformular o debate e propor a sua realização, porque deixariam a intervenção das forças políticas, que estavam previstas para o terceiro painel, e como tinham sido alertados que não poderia haver moderação por entidades externas, gostariam então de propor a reformulação, ficando no segundo dia a intervenção das forças políticas, sem prejuízo de manterem apenas a parte da intervenção por convidados externos, considerava que do ponto de vista simbólico teria o seu interesse chamar algumas personalidades, para pelo menos fazerem uma intervenção simbólica e dessa forma também apadrinhar essa iniciativa da Assembleia.-----

----Sobre o debate de atualidade, disse que não sabia se já tinha sido distribuído às restantes forças políticas o documento, a intenção era discutirem o futuro do Campo Pequeno, ou seja, não numa perspetiva da questão dos animais, mas sim, pelo facto de a Câmara ser proprietária do terreno e do direito de superfície, a casa Pia ser proprietária da praça, e com a contestação que tem existido em relação à continuidade do uso que lhe era dado. Na sua opinião seria interessante para a cidade, de facto, discutirem qual era o futuro, e de alguma forma encetarem esforços para que no futuro pudesse existir um outro uso dado à praça, e tinham agendado de forma potestativa o debate da atualidade. Como regimentalmente os debates da atualidade tinham que ser agendados numa sessão extraordinária e tinham agendado os debates do PCP e o temático sobre os animais tinham, proposto que o debate da atualidade sobre o futuro do Campo Pequeno fosse



agendado para quando ocorresse a próxima sessão extraordinária no mês de Março, que previsivelmente seria a 19 de março.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** informou a Senhora Deputada que tinham disponibilidade ainda a 12 de fevereiro, tendo em conta o regimento o debate da atualidade deveria ser agendado na primeira reunião extraordinária que se realizasse após a entrada do pedido.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** clarificou que pretendiam ter agendado o debate Temático sobre os animais em fevereiro, e tinham sugerido o dia 21 ou o dia 28, quinta-feira, como era usual fazerem os debates Temático, e em março o debate da atualidade sobre o futuro do campo pequeno, numa sessão extraordinária conforme o regimento.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** declarou que fariam como o PAN quisesse, a sua confusão era porque a figura regimental do debate de atualidade era mesmo de ser uma matéria da atualidade e deveria ser agendado na primeira sessão possível. E portanto, não estava a perceber, se havendo uma sessão extraordinária no dia 12 e tendo dado entrada o pedido de debate de atualidade por que razão não agendavam logo para dia 12.-----

----Explicou que o debate de atualidade era obrigatoriamente o primeiro ponto da ordem de trabalhos da sessão extraordinária que se seguia à entrada do pedido, a não ser que o proponente pretendesse outra data, e tinha sido essa a sua dúvida, mas tomava boa nota que o debate da atualidade sobre o futuro do Campo Pequeno seria agendado na sessão de 19 de Março.-----

---- Em relação ao debate temático, informou que no dia 21 de Fevereiro o Fórum estava ocupado, a Assembleia estava com uma agenda extremamente carregada e, portanto, estava a pensar agendar para dia 28 de fevereiro a primeira sessão, e depois encaixar a segunda sessão no planeamento Março. E aquilo que queria perguntar à Conferência era se concordavam que fosse agendado, e para tentarem ganhar aqui algum tempo, nomeadamente com as petições que muitas delas, como os presentes sabiam, e tinham revisitado esse tema, estavam havia muito tempo na Assembleia, se nesse dia 28 podiam fazer uma reunião, em que também comessem às 15h00 da tarde, discutissem três ou quatro petições e depois ao fim da tarde, teriam o debate temático.-----

----Contudo, se considerassem que não se justificava fazerem essa sessão extraordinária, fariam apenas o debate temático, e tentavam encaixar as petições à medida que iriam fazendo as próximas ordem de trabalhos, deixava à consideração dos senhores Representantes essas duas alternativas.-----

----**A Senhora Deputada Margarida Penedo** explicou que se tinha inscrito antes de o Senhor Presidente ter feito essa pergunta muito específica, portanto, se preferisse poderia falar depois, se assim fosse.-----



----O que pretendia dizer em nome do CDS era o seguinte o debate sobre os animais já tinha sido acordado entre os partidos e se a única coisa que faltava era fechar o modelo, assim no que respeitava aos painéis não tinham nada a opor. No entanto, consideravam era que as sugestões dos moderadores e dos convidados deveriam ser apresentados extra proposta, numa secção à parte, para dar oportunidade a todos os partidos de apresentarem sugestões, portanto, a única coisa que queriam propor por quanto àquilo que já tinha sido apresentado.-----

----Por outro lado, gostaria de relembrar uma questão, que já tinha sido falada em sede de Conferência de Representantes, e que o CDS considerava importante, que era dar a hipótese de os oradores convidados poderem responder no final das intervenções do público, no fim do debate, uma vez que não tem tido oportunidade de voltar a falar, após as intervenções do público, das entidade, e o CDS considerava que isso não era correcto e que deixava de ser um debate para ser apenas um conjunto de intervenções.-----

----**O Senhor Deputado José Leitão** respondendo à questão colocada pelo Senhor Presidente disse que de momento não tinha dados para se pronunciar sobre a necessidade ou não de fazer reunião de dia 28 de Fevereiro, pela sua parte era ainda prematuro ter opinião sobre isso.-----

----Relativamente à questão do debate temático, e se tinha percebido a última intervenção, quando tinham aprovado a realização do debate temático, tinham declarado que se reservavam ao direito de fazer sugestões também, aliás era a prática na Assembleia.-----

----E por isso sugeria que se respeitasse a prática nessas matérias, uma vez que a prática tem sido que os partidos faziam as suas sugestões que a Mesa, naturalmente, em articulação com o partido proponente conciliavam o melhor possível.-----

----Acrescentou que o PS tinha feito duas sugestões sobre o presente debate, uma era para passar um moderador para orador e outra sobre a questão de se abandonar a prática de os Partidos terem 3 minutos para se pronunciarem sobre a matéria em cada sessão porque final de contas era um debate da Assembleia.-----

----Considerava que isso era a Assembleia estar a diminuir-se não tendo tempo para dizer o que pensava sobre a matéria em apreço. O PAN tinha proposto dois temas, e não tinha nada contra os temas que estavam propostos, naturalmente, mas considerava que os partidos deveriam ter a possibilidade de reagir também, e essa era a prática, e que a terceira sessão era uma sessão em que, já em função de tudo aquilo que tinha sido dito na duas sessões, do apanhado das posições dos partidos, se elaborava uma proposta de deliberação que era sujeita a debate contraditório e porventura, sobre a matéria, e nesse caso existia também uma maior participação dos partidos, para além dos 3 minutos.-----

----Assim, defendeu que era fundamental os partidos terem 3 minutos em cada uma das sessões, e considerava ainda que procurando, naturalmente, consensualizar com o partido



que tinha proposto o debate, a Mesa deveria ter em conta, também, as sugestões apresentadas pelos outros partidos.-----

----**A Senhora Deputada Cláudia Madeira** em primeiro lugar e em relação ao debate atualidade, disse que apesar do que o regimento determinava, se era o próprio proponente a propor outra data não tinham nada a opor.-----

----Em relação ao debate temático, disse que o PEV também era da opinião, mas julgava que essa situação também iria ser alterada, que os moderadores poderiam ser, por exemplo, o presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Comissão, e que não fazia sentido terem um vereador a moderar um debate que ocorria na Assembleia Municipal, ou terem inclusivamente uma pessoa externa. -----

----O PEV defendia que também era importante que pudesse existir um espaço para reposta dos oradores, mas julgava que essa situação estava salvaguardada na proposta, mas era para não cair em esquecimento.-----

----Em relação às datas, não tinha nada a opor que a primeira sessão pudesse ser na quinta-feira dia 28 de Fevereiro.-----

----Sobre a questão do Senhor Presidente em marcar uma sessão para essa quinta-feira, com o agendamento de petições, disse que na opinião do PEV apenas se fosse mesmo necessário, não se devia estar a abrir esse precedente de começar a marcar sessões à quinta-feira, até porque alguns peticionários poderiam já estar a fazer contas, uma vez que era isso que era dito aos peticionários, que a Assembleia Municipal ocorria por norma às terças-feiras. -----

----Relativamente às duas sessões do debate temático, na sua opinião era importante que existisse a participação das forças políticas em ambas as sessões, nem que fosse o mínimo de três minutos, se não fosse possível os cinco minutos, até porque eram temas diferentes e, com certeza, as forças políticas teriam questões a levantar e coisas a dizer em relação às duas sessões. Sobre a realização de uma terceira sessão, julgava que sendo recomendações e conclusões que decorriam das duas primeiras sessões que não tinha que ser necessariamente a uma quinta-feira podia ser, por exemplo, integrada numa terça-feira em dia de Assembleia Municipal.-----

----Acrescentou que talvez pudessem estabelecer um prazo para as forças políticas poderem enviar algumas sugestões de oradores, de pessoas que pudessem vir ao debate, desde que desse também tempo à Mesa para fazer os convites para primeira sessão que acontecia logo dia 28 de Fevereiro, mas se tivessem pelo menos mais 5 dias, não sabia se seria razoável, para pensarem em mais nomes.-----

----**A Senhora Deputada Inês Sousa Real** explicou que em relação à questão da moderação, como já tinha sido referida, recolham, obviamente, por boas as sugestões que



tinham sido feitas, até porque, obviamente iam ao encontro daquilo que tem sido a prática da Assembleia e, portanto, o PAN estava completamente aberto a alteração.-----

----Explicou ainda que os nomes que tinham sido sugeridos na proposta eram, exatamente, uma mera sugestão, inclusive as próprias associações, porque como proponentes tinham tentado apresentar a proposta o mais completa possível e alargá-la ao maior âmbito até daquilo que era o seu conhecimento das associações que atuavam em Lisboa, mas, obviamente que não era vinculativo de forma nenhuma, como já tinha referido era meramente uma proposta.-----

----Voltando a referir-se ao debate a atualidade, e tendo em conta que no dia 12 de Março estava previsto uma Sessão de Perguntas à Câmara, e a pertinência da matéria estaria presente o Senhor Presidente da Câmara, gostaria de propor uma alteração, no sentido em vez de se realizar no dia 19 de Março ser no dia 12 de Março, porque se pudesse coincidir com as perguntas à câmara, isso até permitiria a presença do senhor presidente da Câmara no debate da atualidade.-----

----**O Senhor Deputado Modesto Navarro** declarou em relação à questão colocada sobre a Sessão a 28 de Fevereiro a sua sugestão era evitar ao máximo a repetição de sessões na mesma semana porque era muito difícil e, portanto, que tentassem articular a realização das duas sessões e, que se possível, o que propunha era que durante a próxima semana preparassem o debate, tinham uma semana para trazerem e organizarem minimamente esse debate para ser apresentado e noticiado à Assembleia.-----

----Concluiu defendendo que os partidos políticos deviam fazer as suas intervenções nas duas sessões do debate, e não somente numa delas.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** tendo em conta as intervenções dos Senhores Representantes e se tinha interpretado bem, declarou que fariam a primeira sessão do debate temático a 28 de Fevereiro, iriam depois ver o calendário para ver quando poderiam fazer a segunda sessão.-----

----Acrescentou que não iriam agendar petições para o dia 28 de fevereiro e iriam procurar, distribuí-las, bem como tudo o que estivesse pronto das diferentes Comissões, nas diferentes Sessões.-----

----Pedi que, em vez dos cinco dias, se podiam fazer chegar as sugestões até mais ou menos à hora de almoço da próxima sexta-feira, para depois poderem, tomando por boa a sugestão de vários representantes, na próxima Conferência de Representantes tentarem consensualizar as sugestões, e nessa altura proporem também uma data para a segunda sessão do debate.-----

----Em relação à parte prática, considerava que na proposta devia ficar consagrado, o que tem acontecido nos outros debates era que se dava um tempo aos convidados, que era suposto ser gerido na intervenção inicial e na final, no entanto acontecia que os oradores



acabavam por gastar o tempo na intervenção inicial, e depois a sessão alongava-se, e era verdade que eles queriam falar e muitas vezes até ficavam penalizados por não falarem, era verdade que existiam forças políticas que os queriam ouvir uma segunda vez e se os convidavam até fazia sentido, mas depois também o que acontecia era que já quase não havia assistência quando aquilo vai alongando as horas e, por isso era que era suprimido desejo, quer quando estava formalmente, quer quando não estava, o objetivo era sempre que falassem duas vezes, mas depois a prática por vezes, contrariava isso.-----

----Considerava que talvez na proposta se tentasse fixar um tempo para a intervenção inicial e um tempo final, mesmo sabendo que à partida seria ultrapassado, e os oradores percebiam que iriam falar duas vezes talvez fossem um pouco mais moderados.-----

----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** pediu a palavra para em primeiro lugar para pedir uma síntese das alterações ao calendário.-----

----A segunda questão que queria colocar era a seguinte no dia 30 de Janeiro, tinham sido publicadas as transferências de competências na área da educação, saúde, protecção e saúde animal e cultura e era previsível que esgotando os 60 dias para poderem ponderar e discutir os temas em apreço que fosse no dia 26 de Março o limite para a Assembleia poder tomar posição sobre a matéria, era certo que estava feito na mesma lógica das anteriores e, portanto, apenas a não-aceitação é que era obrigatória, sendo que também era previsível que outras forças políticas apresentassem propostas para a não-aceitação e, portanto, diria que se assim for também o que aconteceria era que apresentariam para aceitação e, portanto, admitia que as datas mais expectáveis seriam as duas últimas sessões de Março, nomeadamente a última que seria a 26 de Março.-----

----Outra questão era de reforçar a ideia que, e pensava que todos saberiam, que até ao dia 30 de Abril, tinham que ter pelo menos agendadas a apreciação das contas de 2018 e, como estava previsto uma sessão a 30 de Abril, diria que o expectável era que essa sessão deveria ser reservada, pelo menos era essa sugestão da Câmara.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** tomou boa nota sobre os pedidos do senhor Vereador, e acrescentou que iriam ajustando o calendário mais próximo da data.-----

----**O Senhor Assessor Pedro Tito** fez a síntese do calendário, informando que no dia 26 de Fevereiro teriam a Informação Escrita do Presidente, a 28 de fevereiro a primeira sessão do debate temático sobre os animais, e a 12 de Março as perguntas à Câmara. -----

----**A Senhora Deputada Margarida Penedo** quis apenas reforçar uma ideia que tinha sido dita pela Senhora Representante do PAN, que o CDS também gostava que o debate da atualidade fosse, se possível, agendado para um dia em que o Senhor Presidente da Câmara pudesse estar presente.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** sobre o debate de atualidade explicou do ponto de vista regimental, o que estava escrito era que a Câmara indicaria por quem se faria



representar e a única obrigação era que a câmara tinha que se fazer representar, não dizia que tinha que ser o presidente e vice-presidente.-----

----**O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** disse que tomou boa nota de tudo aquilo que tinha sido dito nos últimos tempos sobre matéria e sobre o facto do Senhor Presidente estar ou não nas sessões, e reconhecendo que, de facto, havia que fazer um esforço acrescido para que isso pudesse acontecer, porque algumas temáticas eram, de facto, muitíssimo relevantes e era preciso conciliar agendas.-----

----Assim o que estava previsto neste momento era que o Presidente estaria na informação escrita no dia 26 de Fevereiro, depois no dia 12 de março nas perguntas à câmara e no 26 de março nas transferências competências.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** disse que não havendo mais matéria para apreciação que daria por encerrada a reunião, a não ser que algum partido pretendesse usar da palavra e colocar alguma questão.-----

----**A Senhora Deputada Margarida Penedo** pediu a palavra para informar que tinham relatórios que já estavam prontos, nomeadamente, o relatório da petição n.º 8/2018 que tinha sido aprovado a 31 de Janeiro, sobre a petição 34/2018 disse que o Senhor Presidente da Comissão tinha solicitado uma prorrogação do prazo até 29 de Março, e proposta n.º 707/2018, o parecer estava provado e por isso poderia ser agendada.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** perguntou se mais algum Senhor Representante tinha alguma questão a apresentar à Conferência.-----

----Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc 1 – Draft da Ata n.º 23, 26.11.2018-----

-Doc 2 – OT da 47ª Reunião, 18.12.2018-----

-Doc 3 – OT da 48ª Reunião, 20.12.2018-----

----Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em exercício _____

A Segunda Secretária _____